

**HABEAS CORPUS Nº 570.261 - SP (2020/0078800-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO  
**ADVOGADO** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCIA HELENA BONIFACIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIA HELENA BONIFACIO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

A paciente teve a prisão temporária de 5 dias decretada em 26 de fevereiro de 2020 pela suposta prática do crime de roubo qualificado. A defesa pleiteou a revogação da referida prisão e o juízo de primeiro grau a indeferiu. Contra tal decisão foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem para a revogação da prisão temporária sob alegação de ausência dos requisitos que a autorizam e o pedido liminar foi indeferido pelo relator.

O impetrante requer, sob alegação de falta de fundamentação idônea para segregação da paciente, a revogação da prisão temporária.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO

# Superior Tribunal de Justiça

ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente